



## Sobre a Investigação em Serviço Social

**Dra. Maria Rosa Tomé<sup>1</sup>**

Em 2001 o Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social e a Veras Editora, no âmbito do Projecto Atlântida, publicaram o livro de Myrian Veras Baptista, *A Investigação em Serviço Social*, facto que muito congratula os Assistentes Sociais portugueses e brasileiros. Esta obra é o resultado da compilação de artigos que, no seu conjunto, nos oferecem um texto único sobre a investigação em Serviço Social.

Myrian Veras Baptista, 2001. *A Investigação em Serviço Social*. Lisboa – S. Paulo: CPIHTS e Veras Editora.

A investigação na prática profissional e a investigação histórica no Serviço Social são os temas da sua obra e em torno dos quais questiona a interpretação do conhecimento que fornece um saber linear, a-histórico e descontextualizado das realidades sociais concretas. Na tese que defende considera que a acção dos sujeitos (profissionais) é produto de relações sociais concretas, histórica e socialmente construídas. A apropriação de uma metodologia crítica e rigorosa, que permita a sua compreensão e explicação, aparece então como fundamental. Por um lado, para clarificar os seus movimentos e intencionalidades, dar-lhe eficácia, instrumentalizar-se para acompanhar a diversidade e a dinâmica dos problemas complexos que enfrenta no quotidiano profissional. Por outro, para perceber como as condições sócio-históricas em cada momento e lugar se têm reflectido na profissão, como produziram vários paradigmas concorrentes entre si e, portanto, perspectivas de análise diferentes, passando por momentos de grandes conflitos e controvérsias.

Partindo, no primeiro capítulo, da concepção de prática profissional (dos assistentes sociais) como uma prática social específica, historicamente determinada pela divisão social e técnica do

---

<sup>1</sup> Maria Rosa Tomé, Assistente Social, ISSMT de Coimbra, Mestre em Serviço Social, ISSS de Lisboa, doutoranda do I Curso de doutoramento da Pontifícia Universidade Católica em Lisboa, Investigadora do Centro Português de

trabalho e como uma disciplina de intervenção inserida nas políticas sociais, nas suas instituições e organizações, analisa o paradoxo entre a complexidade inerente ao *locus* institucional, na medida em que expressa o carácter contraditório das políticas sociais e a aparente evidência de um quotidiano profissional em que os diversos sujeitos aparecem, simultaneamente, na qualidade de seres singulares e genéricos.

Na medida em que os assistentes sociais e o seu mundo sócio-profissional estão em interacção, “(...) produzem relações, sistemas de signos e símbolos que compõem uma estrutura particular de significados, formas institucionalizadas de organização social e de sistemas de status”, o seu grau de desenvolvimento e de reconhecimento está em estreita relação com o grau de desenvolvimento da estrutura das relações sociais onde está inserido e com a forma como interfere nele. A institucionalização do Serviço Social produziu, à semelhança das outras profissões, esquemas de acção e actores que, ao mesmo tempo que têm uma história, são o seu produto. Neste processo criou a previsibilidade dos tipos de interacção que estabelece e uma esfera ampliada de rotinas, resultantes da acumulação de conhecimentos que se constituíram como cultura profissional a ser transmitida e que permitem que a sua acção possa assumir duas dimensões: de síntese e inovação. Qualquer uma é resultado da experiência submetida a selectividade (p. 13 a 16).

Assim, as práticas profissionais que nos aparecem como evidentes (porque em cada momento e lugar se apresentam objectivadas, rotineiras e geridas por indivíduos singulares), são na verdade complexas e pouco claras, na medida em que são uma expressão da diversidade e dinâmica das relações sociais mais amplas e determinadas no quadro normativo das políticas institucionais.

Nas instituições, desenvolvem-se actividades que são de natureza técnica e burocrática e que vão desde a formulação de políticas ao nível das estruturas sociais constituídas, à dos micro-acontecimentos, da operacionalização das políticas, das relações face a face. Aqui, o utente aparece como ser concreto, não genérico, com problemas muito específicos, face aos quais é necessário analisar o que acontece, estabelecer uma crítica, tomar uma posição e decidir um tipo de intervenção. “No mesmo movimento para conhecer a realidade, vai construindo no pensamento um projecto de acção” (p. 21) o que implica a necessidade de estabelecer um tipo de relação com o conhecimento. Essa relação não é desligada da sua visão do mundo, das leituras que efectua sobre o modo como um sistema de conhecimentos, políticas, valores e condutas se impõem, nem dos instrumentos de acção de que dispõe no momento.

No segundo capítulo, questiona: “a característica interventiva (do Serviço Social) retira da investigação a sua cientificidade?” Qual a importância e qual a legitimidade da investigação na prática profissional? Após uma cuidada revisão de vários autores que desde os anos 40 acentuaram a importância da dicotomia entre a investigação e a intervenção social, a autora diz que a investigação científica voltada para a acção sobre a realidade tem as suas exigências próprias ao nível da lógica, da epistemologia e das técnicas, pois assumir como postulado para a intervenção a associação fundamental entre teoria e prática, implica a construção de um caminho científico para a investigação da sua acção, no quadro da intervenção. Exige a dialéctica intrínseca entre o processo cognitivo e a acção.

Investigar a prática profissional tendo a intervenção como horizonte, isto é, “quando a relação cognitiva não é a relação predominante” (p. 39), confere à investigação um carácter instrumental. “Na forma particular do conhecimento de uma disciplina de intervenção, (...), emerge uma maneira particular de pôr problemas e construir soluções lançando mão do desenvolvimento teórico e de aplicações tecnológicas. As mudanças alcançadas ao nível da intervenção podem receber interpretação teórica e política mas, para isso, é preciso que elas sejam, como diria Babier, de facto, convocadas e não apenas invocadas” (p. 40).

A sugestão claramente expressa pela autora é que o profissional desenvolva uma reflexão num sentido histórico, social, político e técnico, de questionamento dos saberes instituídos, a fim de produzir um saber e uma prática consequentes. “A prática tem condições de ser fonte de teoria, de ser espaço de elaboração científica, desde que problematizada e apreendida na sua concretização, de uma perspectiva crítica, proporcionada por uma teoria social. O pensamento ganha conteúdo através da sua interlocução com o real”. Isto exige que a relação entre conhecimento e acção se desenvolva num triplo movimento: crítica, construção de um conhecimento novo e síntese no plano do conhecimento e da acção. É este processo que permite “clarear questões conjunturais e estruturais da profissão” (p. 41)

É no estruturalismo genético e através da categoria de estrutura significativa desenvolvida por Lucien Goldmann que Myriam Veras Baptista encontra os princípios metodológicos capazes de pensar a prática de modo a apreendê-la nas suas articulações e dinâmica e definir os procedimentos para a sua investigação.

Assumir a prática profissional como objecto de investigação é, nesta perspectiva revelar o seu carácter significativo, estrutural e funcional, o que exige o estudo conjugado de uma dimensão analítica interna e de uma dimensão analítica externa - para compreender, por um lado, a estrutura interna da prática e detectar o processo pelo qual o Assistente Social elabora e procura

dar coerência às suas respostas, face às questões que lhe são colocadas nas suas relações com a sociedade e, por outro para explicar a sua génese e dinâmica.

Assim, é preciso relacioná-la com os problemas que se colocam aos profissionais no momento estudado e com os factores que configuram aquele momento, permitindo apreender “através de uma análise sócio-histórica, as relações qualitativas entre a ambiência externa da prática e as suas categorias internas” (p. 50).

A emergência, a transformação e os momentos de transição do Serviço Social só podem ser percebidos em profundidade, quando inscritos na totalidade estrutural das transformações que foram acontecendo na sociedade. A estrutura significativa do pensamento que informa a prática, nem sempre é evidente. Parece mesmo que no contexto da prática há justaposições de modos de prática, que o Serviço Social se dispersa por múltiplas dimensões, só elucidáveis pela investigação da sua génese e dos problemas que o constituem.

Analisar a estrutura complexa da prática do Serviço Social é para a autora, perceber as suas tendências e isso implica perceber que o seu carácter complexo não é interno à profissão, mas próprio das práticas sociais. São as contradições que ocorrem em determinadas situações, é o modo como essas situações se inserem num complexo político, económico e social, que exige uma leitura da realidade que tem de ser “ampliada a partir do seu micro universo”. É na tensão que se gera nestas contradições que se confrontam *forças conservadoras* com *forças críticas*, lideradas por grupos com diferentes visões do mundo e que, portanto, o equilíbrio instável de um fenómeno pode ser superado ou mantido, dando ou não lugar a novas práticas, a acções profissionais inovadoras.

O profissional que responde às questões da profissão, na medida em que desenvolve um acto que para além de individual é colectivo, desenvolve uma visão do mundo. Assim, gera fins para a prática, isto é, modelos de acção legítima, que vão sendo renovados e propostos à actuação comum dos profissionais. “A criação e a legitimação de objectivos, sentimentos e ideias, a produção de conhecimentos e procedimentos transmissíveis vai conformando a identidade profissional, as linhas gerais da sua organização e as actividades peculiares à sua profissão” (p. 56). Contudo, as relações que se concretizam na prática ocultam as mediações que as determinam, tornando-se muitas vezes inconscientes, em consequência dessa visão de mundo.

Ao investigador é então exigido um conjunto de procedimentos rigorosos para que, no estudo das dimensões analíticas internas e externas, apreenda a complexidade e o carácter contraditório das relações, as visões do mundo dos grupos em interacção e a forma como estas geram e impulsionam as acções profissionais. Neste processo tem de enfrentar as dificuldades e

os desafios que se colocam quando tem de decidir, primeiro, quais os materiais empíricos que vai trabalhar e segundo, como trabalhá-los.

Relativamente ao primeiro, exige-se ao investigador que agrupe e ordene os dados, que a princípio apenas fornecem uma representação caótica do real, de modo a constituir totalidades suficientemente autónomas. Este primeiro procedimento é bastante complexo, porque obriga a que se tenha claro o conjunto de dados empíricos que compõem cada totalidade e uma hipótese, mais ou menos elaborada, da estrutura que lhe dá unidade. Estabelecer as relações entre as diferentes unidades estruturais da prática pressupõe a formulação de hipóteses sobre a estrutura do objecto e as suas determinações essenciais. Estas hipóteses constituem-se como o *ponto de partida* para, “(...) numa dinâmica de aproximações reflexivas, ir apreendendo, passo a passo, o conjunto de determinações que se dão no real, em diferentes momentos da sua génese, sobre a estrutura e o funcionamento do objecto”. Nessas aproximações seleccionam-se os factos significativos “até chegar a uma proposição estrutural que permita a compreensão e explicação de um conjunto coerente de factos” (p. 58 e 59).

Relativamente ao segundo, é necessário definir os critérios objectivos que ajudem a decidir como delimitar os dados empíricos que tendem a constituir a totalidade relativa do facto, como distinguir o que é essencial do que é accidental, no conjunto dos dados que aparecem à consciência sensível. Para a autora, este é o maior desafio do método ao Serviço Social: forjar o instrumento conceptual de análise que permita distinguir o essencial do accidental na prática profissional.

O problema consiste então no facto de que a *consciência sensível* é limitada pela *consciência possível*. É uma expressão de estruturas de visão do mundo do(s) grupo(s) e classes sociais que evidenciam os principais aspectos da *consciência colectiva*. Assim, a solução está “em formular hipóteses de visões do mundo, do pensamento, sentimento e acção dos assistentes sociais, que permitam identificar as suas categorias centrais e a vinculação dos seus elementos à situação sócio-histórica”, em apreender “as determinações que situam as práticas no tempo e no conjunto do universo das práticas sociais, bem como as práticas mesmo, isto é, o seu significado nesse contexto (...). O conteúdo das práticas será tanto mais importante, quanto mais se aproximar de uma coerência, em termos de visão de mundo, que permita estabelecer o máximo de relações entre o vector externo (a análise sócio-histórica da prática) e a apreensão das suas estruturas internas, identificando as suas consequências e os desvios em relação ao pensamento colectivo” (p. 60 e 61).

Tal como se afirmou no início do texto, a aplicação rigorosa destes procedimentos traz uma dimensão compreensiva e explicativa do objecto estudado. Por um lado, vai permitir compreender a estrutura interna pela identificação do seu *eixo essencial* e do modo como se realiza o desempenho profissional, qual o seu instrumental metodológico e procedimentos, ao mesmo tempo que deixa claro que muitas das atitudes dos sujeitos da prática resultam de decisões quotidianas das instituições ou de grupos de poder que a influenciam. Por outro lado, é no estudo da génese e sua relação com as estruturas mais amplas que se determinam as linhas de força que se inter cruzam e que explicam o modo de aparecer do dado, isto é, das práticas que são o seu objecto de estudo.

No último capítulo da obra, a autora introduz uma reflexão à pesquisa histórica no Serviço Social, mantendo a preocupação de sistematizar uma metodologia rigorosa que permita o conhecimento de uma forma totalizante e situado historicamente. Construir o *corpus* da investigação aparece como uma tarefa complexa da qual decorrem riscos.

É complexa porque tem de ser construído a partir da sua relação com o processo histórico, tendo em linha de conta que a sua realidade objectiva e empírica, se institucionaliza num contexto específico de relações sociais e que, portanto, se transforma à medida que se instrumentaliza para oferecer respostas aos desafios que são colocados sempre que se configuram novas relações. Práticas e conhecimentos têm de ser trabalhados nesta dinâmica como uma totalidade, como uma estrutura parcial vinculada a totalidades mais abrangentes e por elas determinada. Por outro lado, o espaço intelectual e prático da profissão é heterogéneo e, portanto o também o seu saber.

Não reconhecer a complexidade deste processo pode conduzir a uma concepção de historicidade que se confunda com uma apresentação cronológica de factos ou actores ou com uma narrativa. Pode levar a pensar o Serviço Social “apenas a partir de uma teleologia, numa perspectiva de pureza (...) que situa o olhar do investigador num espaço ideal, anacrónico, estranho ao objecto, sem vínculos com a sua constituição, contrapondo a impureza da prática, insistentemente denunciada e desqualificada, à pureza das reflexões de âmbito académico”. Em alternativa, Myrian Veras Baptista propõe que a investigação histórica deve ser dirigida “para entender por que um tal acontecimento se deu de uma certa forma e não de outra, num determinado lugar, num dado momento, tentando reconstruir a sua racionalidade em lugar de determiná-lo por classificações, pelo que ele “não é”, por estar “fora do lugar” (p. 69).

Citando Goldmann, diz que a possibilidade de compreender os factos empíricos e abstractos e extrair deles as sua leis e a sua significação é o único critério válido para julgar o valor de um

método ou sistema filosófico (...) e um desafio que a autora coloca para a construção do conhecimento em Serviço Social. Compreender e explicar articuladamente o processo de constituição do Serviço Social e a sua dinâmica histórica, as condições materiais e o universo simbólico que o determinaram, implica estudá-lo na relação com os pensamentos e teorias dominantes nos diferentes momentos da sua trajetória e inseri-lo na totalidade estrutural das transformações que ocorrem ao nível da sociedade (p.70). Este trabalho exige ao investigador que entenda a importância dos dados empíricos como uma verdade parcial. Saber o que os assistentes sociais fazem e pensam, perceber as suas peculiaridades, atributos e significações para os tomar como indicadores objectivos da trajetória da construção do conhecimento e da prática profissional e submetê-los a uma reflexão crítica que estabeleça a relação entre o todo e as partes, entre a aparência e a essência é o que vai permitir assinalar as determinações sociais, políticas e institucionais que em cada momento e lugar explicam o Serviço Social no contexto da divisão social e técnica do trabalho e a estruturação do estatuto da profissão. Para Goldmann, “toda a verdade parcial só assume significado, pelo seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso das verdades parciais” (p.72). Assim, é por um processo de objectivação dos factos mais significativos e sua integração em conjuntos mais abrangentes que, por aproximações sucessivas, a realidade supera os seus limites assumindo uma configuração histórica e de totalidade.